



Uso econômico e mudanças na biodiversidade de uma comunidade tradicional da Amazônia

Economic use and biodiversity changes of a traditional community in the Amazônia

Cezário Ferreira dos Santos Junior¹; Marcio dos Santos²; Aline Nunes³; Dahise Brilinger⁴

¹ Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina; Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, agrosantos01@gmail.com. ² Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina; Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, mdsantos182@hotmail.com; ³ Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia e Biociências, alinenunes_bio@hotmail.com; ⁴ Universidade Estadual do Estado de Santa Catarina; Programa de Pós-Graduação em Produção Vegetal, dahise_b@hotmail.com.

Resumo

Objetivou-se com a pesquisa observar as transformações do conhecimento tradicional associado a biodiversidade de uma comunidade amazônica. O estudo de caso foi realizado em uma comunidade tradicional, localizada no município de Abaetetuba/PA. Os camponeses no passado realizavam a extração do látex de seringueira e o cultivo de cana-de-açúcar. Atualmente, se identificam como assentados, pescadores e extrativistas. Para a coleta de informações, adotou-se o método de entrevista não diretiva e observação participante. De maneira complementar, utilizou-se como representativo do estudo uma “unidade de produção familiar”, que possibilitou observar como os camponeses estão se relacionando com o mercado e mantendo as reservas de seu patrimônio biológico. O estilo de vida adotado é caracterizado por um campesinato em transição mercantil, com extrativismo de espécies de valor comercial para satisfação econômica da família, que consequentemente vem provocando mudanças sobre a biodiversidade local.

Palavras-chave: Conhecimentos tradicionais, extrativismo, campesinato.

Abstract

The aim of the research was to observe the transformations of traditional knowledge associated with the biodiversity of an Amazonian community. The case study was carried out in a traditional community, located in the municipality of Abaetetuba/PA. Peasants in the past used to extract rubber latex and grow sugar cane. Currently, they identify themselves as settlers, fishermen and extractivists. For the collection of information, the method of non-directive interview and participant observation was adopted. In a complementary way, a “family production unit” was used as representative of the study, which made it possible to observe how the peasants are relating to the market and maintaining the reserves of their biological heritage. The adopted lifestyle is characterized by a peasantry in commercial transition, with extraction of species of commercial value for the family's economic satisfaction, which consequently has been causing changes on the local biodiversity.



Keywords: Traditional knowledge, extractivism, peasantry.

Introdução

Os conhecimentos tradicionais vinculados ao uso dos recursos naturais utilizados pelas comunidades da Amazônia possuem uma longa tradição que se confunde com a sua própria história. O modo de vida cabocla iniciou com a chegada dos portugueses e o extrativismo na região (CHAVES et al., 2009). Entretanto, estes saberes e práticas vem se modificando, resultando em transformações ao longo das gerações. Para CASTRO (1998) o saber técnico-científico procura simplificar em termos econômicos o uso da natureza. Contudo, os saberes das populações tradicionais não são redutíveis e se baseiam em princípios de uso e manejo da diversidade para manutenção da subsistência familiar (TOLEDO, 2005).

Estes conhecimentos tradicionais são manifestações de grupos humanos que se encontram em constante transformações. São reconhecidos e protegidos pela Constituição Federal de 1988 (CF). Além de outros instrumentos como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT (OIT 169) sobre Povos Indígenas e Tribais (1989), promulgada no Brasil pelo Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004, que apresenta princípios norteadores sobre direitos culturais e sociais destes grupos.

O conhecimento tradicional foi associado à biodiversidade por entender que a conservação das espécies está associada ao seu uso pelos povos locais. No entanto, os recursos naturais tem sido alvo de interesse de grupos econômicos sediados fora de seu país de origem, devido sua potencialidade tecnológica que incluem a produção de medicamentos, alimentos, cosméticos e outros (MINOTTO et al., 2013).

Com a expropriação do patrimônio biológico no Brasil vem ocorrendo patenteamento de espécies no exterior. Existem patentes concedidas à países como os Estados Unidos, Japão, França, Alemanha, Suíça, Polônia, Países Baixos e a Áustria, sendo explorado diversas espécies brasileiras (SCHIMANSKI, 2013). Estes fatos levaram ao debate na Convenção Sobre Diversidade Biológica (CDB), ocorrida durante ECO-92 no Rio de Janeiro em junho de 1992, com a criação de uma base jurídica internacional para a proteção da biodiversidade. No art. 15.1 da CDB reconhecesse os direitos soberanos dos Estados sobre os recursos naturais, sendo que pertence aos governos nacionais a autoridade de determinar o acesso a recursos genéticos, estando sujeito à legislação nacional.

Nesse contexto, surge no Brasil, a Medida Provisória (MP) n. 2.052/2000, que regulamenta o acesso e a repartição de benefícios advindos do acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado que norteia sobre os seus detentores. Ao art. 7 da Medida Provisória cabe definir o conhecimento tradicional como “informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético” (BRASIL, 2000).



Em virtude da heterogenia de grupos tradicionais no Brasil se estabelece o conceito “povos e comunidades tradicionais”, através do Decreto nº 6.040/2007, utilizado para diferenciar grupos tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Contudo, as categorizações dos grupos tradicionais no Brasil não conseguem expressar a riqueza cultural e material (BRASIL, 2007). Estas categorizações como práticas do direito não cumprem sua função primordial de defesa do conhecimento e de sua riqueza, o qual será conquistado somente conferindo-lhes a proteção jurídica especial à titularidade coletiva dos direitos sobre os saberes e seus recursos. Mattei e Nader (2013) defende que o atributo do direito sempre esteve a serviço do poderio hegemônico, criando estratégia de dominação que reduzissem os custos com dominação física, criando uma sociedade submissa, com promessa de civilização, riqueza, desenvolvimento e libertação.

A Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, dispõe sobre bens, direitos e obrigações, quais são sobre o acesso ao patrimônio genético do país, sobre o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, sobre o acesso à tecnologia e transferência desta, dentre outros. Esta discorre sobre a proteção do conhecimento tradicional associado aos patrimônios indígenas, de comunidades tradicionais ou de agricultores, sendo estes assegurados por esta lei, contra a utilização e exploração ilícita. A mesma também revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 e dá outras providências (BRASIL, 2015).

Partindo da premissa que os grupos tradicionais apresentam particularidades, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão da construção dos saberes e da organização de uma comunidade tradicional de várzea, a partir da comunidade de São João Batista, no município de Abaetetuba/PA. Através das argumentações sobre saberes dessa comunidade tradicional, utilizando como representativo uma unidade de produção familiar, busca-se analisar a comunidade e como esta tem se relacionado com o mercado e como mantém as reservas de seu patrimônio biológico, e associado e renovado seu conhecimento tradicional local.

Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida em 2015, na comunidade São João Batista, localizada na ilha Campompema que faz limite com a ilha Toerá e com rio Abaete no município de Abaetetuba, no estado do Pará. Com localização em latitude 01° 44' 02" S e longitude 048° 54' 24" W. Para a coleta de dados contou com a abordagem qualitativas utilizando a entrevista não diretiva (MICHELAT, 1987), utilizando como escolha informantes chaves para entender a dinâmica de ocupação da região, a organização do assentamento e a trajetória das famílias.

A observação participante permitiu o relato da situação socioeconômica, os principais sistemas de produção e práticas de uso da terra e identificação dos principais problemas enfrentados (BEAUD e WEBER, 2007; GEERTZ, 1997; SILVA, 2005). Utilizou-se diário de campo, além do gravador e máquina fotográfica para armazenar as informações. Também foram realizadas visitas a cooperativa e a feira da cidade, entrevistando-se membros para possibilitar



entendimento de como ocorreu a realização da negociação das espécies vegetais nativas da região e como são feitos os acordos com as empresas.

Resultados e discussões

As comunidades tradicionais na Amazônia vêm manejando os recursos naturais e comercializando nos mercados locais para geração de sustento de suas famílias. Segundo SHANIN (2005), estas associações do camponês com lógica mercantil fazem parte das suas estratégias para manutenção dos núcleos familiares: “[...] os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários e capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam [...]” (SHANIN, 2005).

Anteriormente, as ilhas do município de Abaetetuba eram utilizadas para monocultivo de cana-de-açúcar que abastecia os alambiques para produção de cachaças. Segundo informações dos moradores, haviam 41 alambiques na região. Os moradores explicaram que após o declínio destas atividades houve uma grande crise financeira e especulação de terras que foram comercializadas e/ou griladas na região, surgindo então uma revolta das populações locais que se utilizaram da ocupação para garantir o direito à terra. Sua regulamentação do uso da terra ocorreu somente com a formalização da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) que concedeu o uso da terra e o reconhecimento das ilhas em assentamentos e quilombos.

O processo de regularização fundiária de comunidades tradicionais na Amazônia apresenta um longo processo de fragilidade do poder público. Isso ocorre, uma que vez já se encontra protegida e garantida a posse por famílias tradicionais ribeirinhas que historicamente ocupam aquele território onde possui “os modos de criar, prazer e viver” na área, nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal. Contudo, somente em 2004, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Pará, juntamente com a SPU e com o movimento dos ribeirinhos do município paraense de Abaetetuba, criou Assentamento Agroextrativista (PAE), na ilha São João Batista (CORRÊA e PINHEIRO, 2010).

A partir do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA II), criou-se as novas modalidades de assentamentos especiais, com a perspectiva de diminuir ações predatórias contra a floresta, tais como, o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF) (TOURNEAU e BURSZTYN, 2010).

Os relatos de um morador da ilha São João Batista, explica que existe uma longa trajetória de organização camponesa na região. Entre os casos apresentados coloca a exemplo, o ocorrido no período do governo militar onde os sindicatos dos produtores rurais tinham seus representantes indicados pelo governo, não podendo ser eleito pela classe dos trabalhadores rurais. Outro fato relatado na ilha, foi que pela primeira vez que foi eleita uma diretoria do sindicato representada por agricultores, houve intervenção do governo para que não tomassem posse do mandato.



As famílias da comunidade, muitas vezes, contavam com o apoio da diocese para realização de debates sobre os interesses e mudanças, sendo que chegavam a se reunir em uma localidade nas imediações do município de Abaetetuba, local denominado de “Muritinga”. Posteriormente os moradores conseguiram comprar o terreno no nome de um dos agricultores para continuar com as reuniões. O local atualmente funciona o “Centro de Treinamento Alternativo Tipiti”, regularizado em 1992, sendo hoje utilizado para capacitação de agricultores. A expressão “tipiti” é utilizada pelos agricultores locais como tudo aquilo que é ruim e deve ser espremido para ser retirado, fazendo uma analogia com os pelegos (opositores) e grandes latifundiários que impediam as causas dos pequenos agricultores.

Os camponeses receberam apoio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), no processo de desenvolvimento das suas atividades. Um dos projetos desenvolvidos na área foi através do incentivo do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) do Governo iniciado em 1997 que durou três anos, entre os representantes tiveram a presença de um técnico e mais cinco agentes ambientais. Os projetos tiveram apoio de grupo de estudantes dinamarqueses, parceria com ONGs, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Museu Emílio Goeldi. O projeto tinha intuito de realizar a capacitação no manejo de açaí, no manejo agroflorestais e cursos voltados para mulheres. Os cursos alcançaram um maior interesse quando entrou o financiamento para crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que lançaram o Programa de Apoio à Pequena Produção Familiar Rural Organizada (PRO RURAL) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal (PRODEX).

A região possui inúmeras associações que juntas formaram a Associação de Desenvolvimento Agrícola de Mini e Pequenos Agricultores de Abaetetuba (ADEMPA), em 1994. Neste período, o sindicato não se encontrava mais sob o jugo do governo. Alguns empecilhos dificultavam sua produção, como o acesso a empréstimos bancários e o aumento da produção.

Foi então criada a cooperativa COFRUTA, em 2004, que iniciou as suas atividades com a produção de frutas, atualmente trabalhando com as polpas de açaí (*Euterpe oleracea*), cupuaçu (*Theobroma cacao*), maracujá (*Passiflora edulis*), abacaxi (*Tradescantia spathacea*), miriti ou buriti (*Mauritia flexuosa* L. f.), manga (*Mangifera indica* L.) e bacuri (*Platonia insignis* Mart). Também tem feito a comercialização do fruto de açaí e bacaba (*Oenocarpus bacaba*) in natura para extração do óleo e “manteiga” de murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.), ucuba ou virola (*Virola Surinamensis*) e andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.).

Sua produção de polpa de fruta destina-se a comercialização para o mercado local, via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para atender o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), destinado a Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, SESI e APAE; e para prefeituras de Barcarena, Igarapé Miri, Barcarena e Moju.

O camponês além do consumo possui a necessidade de acessar a utilização de outros bens que se encontram fora do interior do estabelecimento rural, levando o camponês a interagir como o meio exterior promovendo a interação com outros grupos sociais para atenuar suas necessidades



(WOLF, 1970). A produção de oleaginosas é comercializada com uma empresa de cosmético que possui um contrato com a COFRUTA, onde é firmado que 20% de toda produção deve ser comercializado com a empresa de cosméticos, os outros 80% da produção podem ser disponibilizados à outras empresas. A empresa tem comprado o fruto de açaí *in natura*, bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.), e negociado o interesse na virola. Segundo as informações coletadas a campo, a empresa pagou “repartição de benefícios” da utilização dos produtos como o murumuru e açaí, no qual foi realizado o pagamento de uma porcentagem da venda do produto beneficiado para cooperativa.

A Medida Provisória (MP) nº 2.186-16/2001, institui o “contrato de repartição de benefício”, instrumento jurídico que intitula os povos e comunidade tradicionais como “sujeito de direito”. A medida promove a comercialização do patrimônio biológico (SHIRAISHI NETO e DANTAS, 2008). Desta forma, as comunidades se beneficiam da venda e a empresa segue os parâmetros legais, cumprindo o que está determinado pela legislação.

Na ilha existem fortes laços de parentesco que descendem dos primeiros moradores da região. A seringa (*Hevea brasiliensis*) apresenta grande importância aos mais antigos, pelo motivo da extração de látex gerar uma boa renda para coletores da época e ter servido de sustento das famílias. Atualmente, os moradores se organizam através da Associação Pai São João Batista.

Uma atividade que tem grande procura de produto pelo mercado local é o açaí, onde é feita a limpeza da área com o mutirão comunitário e o plantio de novas árvores. Ainda existe a coleta de sementes de murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.), ucuba ou virola (*Virola surinamensis*) e andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), sendo uma atividade de pouca rentabilidade. Existe um maior trabalho durante o ano na extração do açaí, mostrando uma típica relação de campesinato, bastante presente neste modo de vida, onde a força de trabalho é familiar e comercializam o excedente mantendo o equilíbrio por outros gêneros produzidos fora do estabelecimento agrícola (CHAYANOV, 1981).

Anteriormente o açaí servia somente para o consumo das famílias e comercialização em pequena quantidade para a capital de Belém/PA, sendo transportado por barco. No entanto, quando a viagem de transporte não era realizada o produto era jogado fora. Outra atividade rentável era a extração e venda do palmito do açazeiro, onde o interesse pelo fruto iniciou em 1996.

Um morador revelou que quando mais jovem, iniciou suas atividades com a extração de leite da seringueira, produzindo uma bola de seringa e pescado para serem vendidos na cidade. Adquiriu a propriedade onde reside atualmente de um senhor idoso que não possuía mais condições de trabalhar na terra e seus filhos não tiveram interesse pela atividade. Aos 12 anos de idade, relatou que coletava espécies nativas para o consumo e venda, como de andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), ucuba ou virola (*Virola Surinamensis*) e seringa (*Hevea brasiliensis*).

Algumas espécies como o buriti ou miriti (*Mauritia flexuosa*), jupatí (*Raphia taedigera*) e a palha ou ubuçu ou buçu (*Manicaria saccifera*) tem sido mantida devido o valor significativo



para o morador. No entanto, ressalta que elas têm desaparecido de algumas propriedades vizinhas em função da retirada para substituição por açaí (*Euterpe oleracea*) ou de oleaginosas. A espécie buriti ou miriti (*Mauritia flexuosa*) dentre suas funções é utilizada como alimento para a família, nesse caso o fruto (Figura 1). A folha é usada para confecção de artesanato e com a fibra do pecíolo fabrica-se o “tipiti” (instrumento para extração do tucupi da mandioca) por comunidades amazônicas.

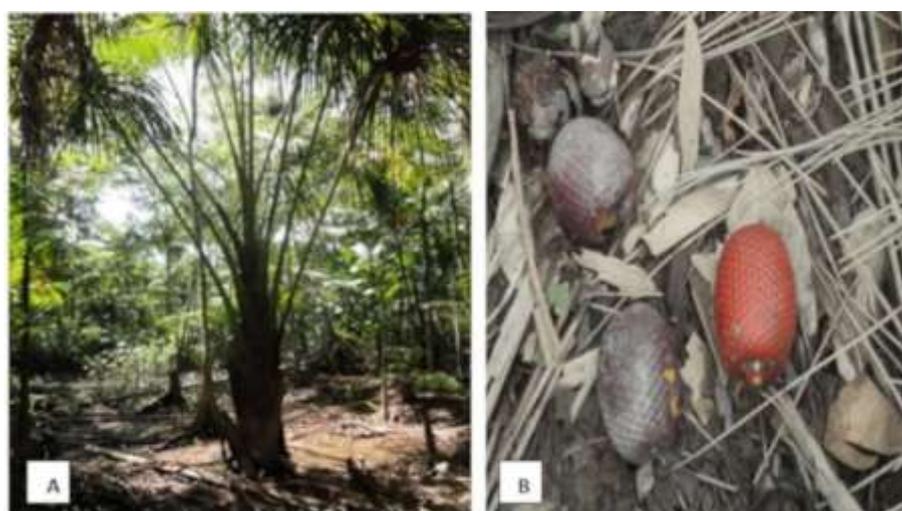


FIGURA 1. Espécie cultivada pelas comunidades amazônicas, destinada à alimentação familiar e confecção de artesanato. A) Árvore de buriti (*Mauritia flexuosa*), manejada na propriedade; e B) Fruto do buriti (*Mauritia flexuosa*), maduro e caído, utilizado na dieta alimentar pelas famílias e que também serve de alimentação de peixes e camarões na região.

Com base em diversos estudos etnológicos, LÉVI-STRAUSS (1989), relata que existe muita riqueza no conhecimento tradicional. Em muitas sociedades há um conhecimento profundo de espécies, organizadas em vegetais e animais. Esse saber desenvolvido não restringe a função da utilidade prática. Para o autor a percepção dos grupos tradicionais possui um entendimento diferenciado. Para MARQUES (2001) existe uma série de elementos que fazem com que as populações tradicionais procurem preservar o meio ambiente, tais como respeito, gratidão, medo e cumplicidade. Neste contexto, Cultimar (2008) relaciona o manejo dos recursos naturais diretamente às regras, mitos, valores e conhecimentos dessas sociedades.

Outra espécie que tem desaparecido entre os ribeirinhos é o jupatí (*Raphia taedigera*), por ocupar uma grande área tem competido com a espécie açaí, e com isso os moradores têm feito sua eliminação. Ela é empregada na confecção dos matapi, que são utilizados na captura de camarão. Anteriormente usado pelas gerações que usavam as talas do jupatí (*Rafia taedigera*) para construção das paredes das casas. A palha ou ubuçu ou buçu (*Manicaria saccifera*) que



servia para construção de telhados, não se encontra mais nas proximidades por causa de seu desuso.

Na ilha São João Batista existe uma vila de pescadores local. Um dos entrevistados resalta sua indignação ao falar que “não existe mais pescador e sim colocadores de aparelho”. Devido à pesca comercial com rede de arraste, de malhas cada vez menores, ocorre a captura de peixes pequenos, que são extremamente essenciais para a manutenção do equilíbrio e como consequência acarretando a destruição dos berçários (mangues). Explica ainda, que antes a pesca era feita com o uso do “matapí, o cacuri e o pari de camboa”.

Na feira, observou-se que a comercialização de açaí (Figura 2A), camarão (Figura 2D) e diversos tipos de peixes, vendidos nas razas (Figura 2B), cestarias e/ou paneiros, produzidos da espécie guarumã (*Ischnosiphon polyphyllus*) e matapis feitos de jupatí (*Raphia taedigera*) (Figura 1c). O açaí é comprado pela cooperativa no pico da produção, pois apresenta valor mais baixo. As feiras são uma estratégia que garante uma alternativa de compra do fruto do açaí para os extrativistas. Os moradores falam ainda que “se a cooperativa não pode pagar o nosso preço, a gente vende para outros”).



FIGURA 2. Forma de transporte e materiais utilizadas para comercialização. A) Transporte de barco do fruto açaí (*Euterpe oleracea*) em razas feitas da espécie guarumã (*Ischnosiphon polyphyllus*), para feira local do município de Abaetetuba/PA, sendo realizada por uma família da comunidade; B) Raza da fibra guarumã comercializado na feira local; C) Comercialização de matapis por feirantes locais; e D) Paneiros produzidos da espécie guarumã utilizados na



armazenagem do camarão, vendido na feira na forma fresca e/ou armazenagem do camarão salgado.

Conclusões

A Constituição de 1988, a MP 2186/2001 e OIT 169 apresentam um importante avanço no direito das comunidades tradicionais, os legitimando como detentores e beneficiários dos conhecimentos tradicionais, associados à biodiversidade. Contudo, determinadas legislações são vistas com cautela pela comunidade de São João Batista, tais como a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que interfere no uso e nas relações comerciais dos recursos locais.

O uso e conservação dos recursos possui relação direta com populações tradicionais da Amazônia de várzea devido aos laços de ancestralidade que vem se inserido na lógica de mercado. O modo de vida dessas populações se caracteriza por um campesinato mercantil, particularmente na mão-de-obra familiar para satisfação das necessidades da unidade produção familiar.

O caso da comunidade de várzea de São João Batista, demonstra que não tem desaparecido e nem totalmente se inserido ao sistema capitalista. Resistindo e mantendo seus conhecimentos tradicionais, associados às espécies que possuem mais utilidades servem como perpetuação social para as famílias. Contudo, essas mudanças levam a diminuição de algumas espécies para garantir o aumento de outras de maior interesse econômico na atualidade.

Referências

_____. *Lei n.º 13.123 de 20 de maio de 2015*. Marco da biodiversidade; Lei de acesso ao patrimônio genético.

_____. *Medida Provisória n.º 2.052, de 29 de junho de 2000*. Regulamenta o inciso II do § 1o e o § 4o do art. 225 da Constituição, os arts. 1o, 8o, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.

BEAUD, S.; WEBER, F. *Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Tradução de Sérgio Joaquim Almeida. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRASIL. *Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do 1º Congresso Online Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade - Dourados, Mato Grosso do Sul- v. 15, nº. 4, 2020.



CASTRO, E. *Território, biodiversidade saberes de populações tradicionais*. Belém: Papers da NAEA, 1998.

CHAVES, M. P. S. R.; BARROSO, S. C.; LIRA, T. M. Populações Tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia. *Revista Praia vermelha*, v. 19, n. 2, p. 111-122, 2009.

CHAYANOV, A. V. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. In: SILVA, J. G.; STOLKER, V. A questão agrária. Tradução de Edgar Afonso Malagodi; Sandra Brizollaç; José Bonifácio Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 133-163, 1981.

CORRÊA, A. K. F.; PINHEIRO, R. M. Os PAEs como possibilidade de regularização fundiária e sustentabilidade ambiental em áreas ribeirinhas: o caso da ilha Campompema (PA). In: *Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*, p. 03-09, 2010.

CULTIMAR. *Recursos naturais na vida caiçara*. Curitiba: Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais. Universidade Federal do Paraná, 2008.

GEERTZ, C. *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 1997.

LÉVI-STRAUSS, C. *O Pensamento Selvagem*. Tradução Tânia Pellegrini. Campinas, São Paulo: Papyrus Editora, 1990.

MARQUES, J. G. *Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica*. 2. ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001.

MATTEI, U.; NADER, L. *Pilhagem: quando o estado de direito é ilegal*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MICHELAT, G. *Sobre a utilização de entrevista não diretiva em sociologia*. In: THIOLENT, M. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, p. 191-202, 1987.

MINOTTO, J. B.; PLATT, F. H.; LOGUERCIO, A. P. *Patrimônio genético: cartilha de conceitos sobre acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado*. Porto Alegre, UFRGS, 2013.

SCHIMANSKI, S. Conhecimento: desafio para as exportações brasileiras. *Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*, v. 12, p. 92-107, 2013.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*, v. 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SHIRAISHI NETO, J.; DANTAS, F. A. C. A “commoditização” do conhecimento tradicional: notas sobre o processo de regulamentação jurídica. *Economía y Sociedad*, v. 33, n. 34, p. 119-131, 2008.



SILVA, M. A. S. M. Sobre a Análise do Discurso. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 4, n. 1, p. 16-40, 2005.

TOLEDO, V. M. La memoria tradicional: la importancia agroecológica de los saberes locales. *LEISA Revista de Agroecologia*, v. 20, n. 4, p. 16-19, 2005.

TOURNEAU, F. M.; BURSZTYN, M. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental. *Revista: Ambiente & Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 111-130, 2010.

WOLF, E. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.